

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2007 e de 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes*


Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

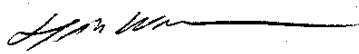
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.
Itirapina - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 18 de janeiro de 2008


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8


Helio Wellichen
Contador
CRC nº.1 SP 130122/O-0

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades		6.045	3.193	Fornecedores		13.500	10.521
Contas a receber	3	8.158	7.187	Partes relacionadas	7	3.703	1.792
Outras contas a receber		852	1.314	Financiamentos	8	22.545	18.332
Despesas antecipadas		908	1.034	Salários e encargos sociais		1.374	1.424
Imposto de renda e contribuição social diferido	4	1.346	1.346	Impostos e contribuições a recolher		5.351	5.304
Total do circulante		<u>17.309</u>	<u>14.074</u>	Credores pela concessão	9	8.074	7.591
				Contas a pagar		756	368
NÃO CIRCULANTE				Provisão para contingências	11	1.831	842
Realizável a longo prazo:				Total do circulante		<u>57.134</u>	<u>46.174</u>
Aplicações Financeiras		4.801	4.121				
Imposto de renda e contribuição social diferido	4	4.021	4.998	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	363.911	303.905	Exigível a longo prazo			
Intangível	6	6.532	8.527	Financiamentos	8	41.515	48.067
Total do não circulante		<u>378.465</u>	<u>321.551</u>	Credores pela concessão	9	74.316	76.301
				Mútuos	7	24.271	
				Outras obrigações		7	7
				Total do não circulante		<u>140.109</u>	<u>124.375</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital subscrito		104.798	104.798
				Capital social a integralizar		(47.220)	(47.220)
				Capital social integralizado		57.578	57.578
				Reserva legal		7.458	5.785
				Lucros acumulados		133.495	101.713
				Total do patrimônio líquido		<u>198.531</u>	<u>165.076</u>
TOTAL		<u>395.774</u>	<u>335.625</u>	TOTAL		<u>395.774</u>	<u>335.625</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Expressas em milhares de reais - Exceto lucro por ação que está expresso em reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas de pedágio		151.887	137.006
Receitas acessórias		1.737	1.529
		<u>153.624</u>	<u>138.535</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos e contribuições		(13.816)	(12.048)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		139.808	126.487
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(64.122)	(57.045)
LUCRO BRUTO		<u>75.686</u>	<u>69.442</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(8.607)	(6.065)
Despesas tributárias		(816)	(818)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>66.263</u>	<u>62.559</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		628	3.604
Despesas financeiras		(16.053)	(11.917)
		<u>(15.425)</u>	<u>(8.313)</u>
LUCRO OPERACIONAL		50.838	54.246
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS		(100)	(77)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>50.738</u>	<u>54.169</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	(4)	(16.306)	(17.729)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	(4)	(977)	6.344
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>33.455</u>	<u>42.784</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO		<u>0,62</u>	<u>0,79</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**

(Expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	91.960	(47.220)	44.740	3.646	61.068	109.454
Aumento de capital						
Integralização de capital	12.838	(12.838)				12.838
Lucro líquido do período		12.838	12.838		42.784	42.784
Constituição de reserva legal				2.139	(2.139)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	<u>104.798</u>	<u>(47.220)</u>	<u>57.578</u>	<u>5.785</u>	<u>101.713</u>	<u>165.076</u>
Lucro líquido do período					33.455	33.455
Constituição de reserva legal				1.673	(1.673)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	<u>104.798</u>	<u>(47.220)</u>	<u>57.578</u>	<u>7.458</u>	<u>133.495</u>	<u>198.531</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Expressas em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
ORIGENS DE RECURSOS			
Lucro líquido do exercício		33.455	42.784
Itens que não afetam o capital circulante líquido:			
Impostos de renda e contribuição social diferidos		977	(4.998)
Depreciações e amortizações		33.388	26.993
Variação monetária de obrigações com o poder concedente		5.271	2.880
Encargos financeiros de longo prazo		2.385	935
Baixa de imobilizado		74	32
Total da operações		<u>75.550</u>	<u>68.626</u>
Dos acionistas:			
Integralização de capital	10		12.838
De terceiros			
Diminuição do realizável a longo prazo			173
Aumento do exigível a longo prazo		37.948	19.108
Total das origens		<u>113.498</u>	<u>100.745</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Aumento do realizável a longo prazo		680	
No ativo permanente:			
Adições ao ativo imobilizado		90.673	96.901
Adições ao diferido			9.474
Diminuição do exigível a longo prazo		29.870	3.367
Transferência do exigível a longo prazo para curto prazo			21.479
Total das aplicações		<u>121.223</u>	<u>131.221</u>
DIMINUIÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		<u>(7.725)</u>	<u>(30.476)</u>
REPRESENTADO POR:			
Aumento (diminuição) do ativo circulante		3.235	(21.020)
Aumento do passivo circulante		10.960	9.456
DIMINUIÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		<u>(7.725)</u>	<u>(30.476)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Expressas em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade foi constituída em 27 de maio de 1998 e iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº. 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº. 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passa a ser até 9 de junho de 2019.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e 235 + 040.

A Sociedade tem com o Poder Concedente o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas na legislação. Os compromissos decorrentes da concessão referente a futuros investimentos, até o final da concessão, foram estimados quando da assinatura do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender os compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$ 118 mil (R\$ 150 mil em 2006).

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão.

Incorporação

Em 23 de junho de 2006 foi emitido laudo de avaliação a valores contábeis, na data base de 31 de maio de 2006, do patrimônio líquido da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda. com o objetivo de proceder à cisão parcial e em seguida incorporação das parcelas cindidas por suas controladas. A parcela do patrimônio cindido absorvido pela Companhia é de R\$ 12.838 e foi vertido em aumento de capital da Concessionária.

As rubricas que compõem o patrimônio cindido e incorporado pela Concessionária são as seguintes:

Investimento na controlada	124.032
Saldo de ágio na aquisição do investimento referido acima	9.474
Créditos incorporados	<u>3.364</u>
Sub total - parcela do acervo líquido cindido	136.870
Valor do investimento na controlada na data base da cisão	<u>(124.032)</u>
Valor cindido e incorporado	<u><u>12.838</u></u>

Adicionalmente, o crédito de imposto de renda e contribuição social relativo à parcela do ágio amortizado até a data base da cisão, controlado na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real - Lalur da controladora, no montante de R\$ 6.731, foi registrado, no ativo da Companhia, na rubrica imposto de renda e contribuição social diferidos tendo como contrapartida crédito no resultado do exercício. Esse ativo foi reconhecido tendo em vista a expectativa de geração de lucros tributáveis pela Concessionária. Atendendo a legislação fiscal, esse ativo esta sendo amortizado à razão de 20% a.a..

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por ações.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei da Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que poderão afetar a Sociedade podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis;
- Criação de dois novos subgrupos de contas: (i) Intangível e (ii) Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle;

- Obrigatoriedade de a companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido;
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle dos bens.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e, algumas ainda dependerem de normatização dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Sociedade ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

As principais práticas contábeis adotadas pela sociedade são:

2.1. Aplicações financeiras

São demonstradas pelo valor de aplicação acrescido do rendimento auferido até a data do balanço.

2.2. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações, estabelecidas segundo as taxas divulgadas na nota explicativa nº. 5, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

2.3. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição (incorporação) e amortizado de acordo com a taxa divulgada na nota explicativa nº. 6.

2.4. Financiamentos

São contabilizados ao valor original acrescidos da atualização monetária e dos juros incorridos até a data do balanço.

2.5. Credores pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas contabilizadas pelo valor original acrescido da atualização monetária incorrida até a data do balanço.

2.6. Receita de pedágio

É reconhecida pelo regime de competência, ou seja, quando da utilização das rodovias pelos usuários.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão sendo apurados e registrados com base no resultado, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado trimestralmente à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real trimestral excedente a R\$ 60. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre diferenças temporárias existentes entre a apuração de resultados societários e fiscais, prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

2.8. Lucro líquido por ação

É calculado com base no número de ações integralizadas até a data do balanço.

2.9. Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Sociedade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos e despesas registradas, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro de provisões para contingências fiscais e trabalhistas, e depreciação.

3. CONTAS A RECEBER

Os saldos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estavam representados por:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Pedágio eletrônico a receber	7.571	6.629
Cartões de pedágio a receber	287	320
Outros	<u>300</u>	<u>238</u>
Total	<u>8.158</u>	<u>7.187</u>

4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Alíquotas

As alíquotas vigentes para os períodos são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social, perfazendo 34%.

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social, líquidos correntes e diferidos estão conciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	50.738	54.169
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda calculado à alíquota vigente	(17.251)	(18.416)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ágio amortizado	(1.346)	6.344
Sobre diferenças temporárias (provisão para contingências)	369	286
Outros	<u>945</u>	<u>401</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(17.283)</u>	<u>(11.385)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por:		
Corrente	(16.306)	(17.729)
Diferido	<u>(977)</u>	<u>6.344</u>
Total	<u>(17.283)</u>	<u>(11.385)</u>

c) Imposto de renda e contribuição social sobre ágio amortizado

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo, são representados por:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Incorporação (i)	4.712	6.058
Diferenças temporárias - provisão para contingências	<u>655</u>	<u>286</u>
Total	<u>5.367</u>	<u>6.344</u>

(i) O montante, líquido de amortização acumulada, de R\$ 4.712 (R\$ 1.346 no ativo circulante e R\$ 3.366 no ativo não circulante), foi gerado através do processo de incorporação mencionado na nota explicativa nº. 1 e está sendo amortizado em 60 meses conforme previsto na legislação fiscal.

5. IMOBILIZADO

Os saldos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 estavam representados por:

	<u>2007</u>			<u>2006</u>	
	Taxas média ponderada anuais de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em operação:					
Direito de outorga da concessão	4,76	61.869	(29.497)	32.372	35.317
Imobilizado em Rodovia-Obras e Serviços	7,45	331.403	(68.298)	263.105	173.860
Pavimento e recapeamentos	16,67	86.092	(55.284)	30.808	20.769
Equipamento mobiliário	15,12	2.445	(1.539)	906	825
Instalações	20,52	17.503	(13.596)	3.907	4.634
Desapropriações	7,35	4.413	(942)	3.471	2.833
Software	20	172	(62)	110	132
Conjunto de defensas	16,67	20.674	(12.618)	8.056	4.871
Outras imobilizações	19,72	2.518	(2.087)	431	673
Em andamento:					
Imobilizações em andamento		<u>19.845</u>	-	<u>19.845</u>	<u>59.991</u>
Total do Imobilizado		<u>546.934</u>	<u>(183.923)</u>	<u>363.011</u>	<u>303.905</u>

As adições no ativo imobilizado, ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão, são depreciadas (amortizadas) com base no período restante de concessão.

6. INTANGÍVEL

	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio	9.474	(2.842)	6.632	8.527

Ágio oriundo da parcela cindida na incorporação da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda.. Esse ágio foi gerado com base na expectativa de rentabilidade futura do investimento e está sendo amortizado à razão de 20% ao ano.

7. EMPRESAS LIGADAS E PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas nos semestres findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e os saldos correspondentes, naquelas datas, estão demonstrados a seguir:

	2007				
	Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de obras	Despesa financeira	Saldo de fornecedores	Mútuo passivo
Paulista Infra-Estrutura Ltda.		2.046		1.466	
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	2.198	4.575		2.237	
SPR - Sociedade de Participações em Rodovias			286		2.136
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.			770		22.135
Total	<u>2.198</u>	<u>6.621</u>	<u>1.056</u>	<u>3.703</u>	<u>24.271</u>

	2006				
	Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de obras	Despesa financeira	Saldo de fornecedores	Mútuo passivo
Paulista Infra-Estrutura Ltda.		1.957		811	
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	1.324	3.628		981	
SPR - Sociedade de Participações em Rodovias					
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.					
Total	<u>1.324</u>	<u>5.585</u>	-	<u>1.792</u>	-

8. FINANCIAMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estavam representados por:

<u>Instituições Credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	2007	
			<u>Curto prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
BNDES - "Automático Unibanco"	TJLP + 3,30 % a.a.	Outubro/2012	40	1.320
BNDES - "Automático Itaú"	TJLP + 3,95 % a.a.	Junho/2012	662	4.181
BNDES - "Project Finance"	TJLP + 5% a.a.	Agosto/2010	<u>21.843</u>	<u>36.014</u>
Total			<u>22.545</u>	<u>41.515</u>

<u>Instituições Credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimentos até</u>	2006	
			<u>Curto prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
BNDES - "Project Finance"	TJLP + 5% a.a.	Agosto/2010	<u>18.332</u>	<u>48.067</u>
Total			<u>18.332</u>	<u>48.067</u>

Em 31 de dezembro de 2007 as parcelas relativas ao principal dos financiamentos a longo prazo, apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	2007
2009	23.147
2010	15.944
2011	1.539
2012	885
Totais	<u>41.515</u>

Os financiamentos estão garantidos por cartas de fiança bancária e avais de acionistas.

Vinculados à obtenção do financiamento junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Sociedade e seus acionistas também assumiram, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro econômico constante no contrato:

Da Sociedade:

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere a R\$ 3.000 reajustados pelo IGPM, sem autorização expressa do BNDES;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;
- Manter uma relação mínima entre patrimônio líquido e o passivo total de 30%, desconsiderando-se os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao poder concedente;
- Converter em debêntures simples, caso exigido pelo BNDES, após a conclusão do projeto, parte ou a totalidade do saldo devedor do contrato;
- Manter seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação, e franquia aceitável pelo BNDES;
- Manter valor caucionado referente a duas vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida;
- Apresentar fiança bancária, garantido o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida; e
- As despesas com a operação e manutenção do lote 8 (Washington Luís entre Corderópolis e São Carlos e SP 225 entre Itirapina e Bauru) operado pela Centrovias, ficam limitadas a R\$ 2.062 mensais. Este valor é reajustado por ocasião das alterações nas tarifas de pedágio, sendo que em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 correspondiam a R\$ 5.227 e R\$ 4.851, mensais, respectivamente.

Dos acionistas:

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado;
- Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto;
- Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, bem como não alienar, caucionar, gravar ou onerar as respectivas ações, sem a prévia e expressa anuência do BNDES;
- Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembléia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos; e
- Manter caucionados em favor do BNDES, durante a vigência deste contrato, a totalidade das ações ordinárias.

9. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem (DER-SP) pela outorga da concessão.

Os saldos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estavam representados por:

	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Direito de outorga (1)	7.652	74.316	7.199	76.301
Parcela variável – 3% da receita bruta (2)	<u>422</u>		<u>392</u>	
Total	<u>8.074</u>	<u>74.316</u>	<u>7.591</u>	<u>76.301</u>

- (1) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor fixo, conforme segue:

Valor fixo sendo pago em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de junho de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

- Provisão de R\$ 7.652, (a valor presente R\$ 7.447 *) em 2007 e R\$ 7.199, (a valor presente R\$ 7.024 *) em 2006 apurada com base no valor das parcelas a vencer no período de janeiro a dezembro de 2008. O valor dessas parcelas foi determinado tomando-se por base o último reajuste da tarifa de pedágio;
- A provisão correspondente às demais parcelas, no montante de R\$ 74.316, (a valor presente R\$ 56.631 *) em 2007 e R\$ 76.301 em 2006, (a valor presente R\$ 56.857 *) foi atualizada, com base na variação do IGP-M, desde o último reajuste de pedágio até 31 de dezembro.
- * Para cálculo a valor presente foi considerada uma taxa de juros de 5% a.a.
- Os valores a pagar serão liquidados em 125 parcelas mensais, sendo o montante correspondente a 113 parcelas classificado no exigível a longo prazo.

- (2) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer dos períodos findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 foram pagos ao poder concedente os montantes de R\$ 11.834 (R\$ 7.256 referente a direito de outorga fixo e R\$ 4.578 variável) e R\$ 11.244 (R\$ 7.114 de direito de outorga fixo e R\$ 4.130 variável), respectivamente.

10. CAPITAL

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 está representado respectivamente por 101.483.834 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	<u>Número de ações subscritas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade das ações integralizadas</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	<u>101.483.834</u>	<u>100%</u>	<u>54.263.689</u>
Total	<u>101.483.834</u>	<u>100%</u>	<u>54.263.689</u>

- a) Dividendos: Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da parcela constituída como reserva legal. A administração da Sociedade não propôs dividendos, pois, conforme mencionado na nota explicativa nº. 8, por força de cláusula contratual do financiamento obtido junto ao BNDES, a Sociedade somente poderá pagar dividendos quando completar a realização do projeto financiado, o qual está previsto para ser concluído em 2007.
- b) Reserva legal: É constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais reservas.

Em 30 de junho de 2006 em decorrência da incorporação pela concessionária do patrimônio cindido da OHL Brasil Participações em Infra-Estrutura Ltda., mencionada na nota explicativa nº. 1, o capital social da sociedade foi aumentado em R\$ 12.838, mediante a emissão de 9.523.689 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Obrascon Huarte Lain Brasil S.A..

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Referem-se a reclamações trabalhistas e cíveis para as quais, baseada na opinião dos consultores jurídicos da concessionária, foi constituída provisão para contingências em montante considerado necessário para cobrir perdas que possam advir do desfecho dos processos.

A movimentação do saldo de provisões para o período findo em 31 de dezembro de 2007 é conforme segue:

	<u>2006</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>2007</u>
Cíveis	678	813	215	214	1.062
Fiscal		657			657
Trabalhistas	<u>164</u>	<u>165</u>	<u>106</u>	<u>14</u>	<u>209</u>
Sub total	842	1.635	321	228	1.928
Depósitos judiciais	<u>(727)</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>704</u>	<u>(97)</u>
Total	<u>114</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>704</u>	<u>1.831</u>

O saldo de depósito judicial em 31 de dezembro de 2006 estava classificado no ativo. Em 31 de dezembro de 2007, os depósitos judiciais que se correlacionam com as provisões das contingências foram deduzidos dessas rubricas.

A Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para contingências. Tais processos representam aproximadamente R\$ 794, R\$ 186 e R\$ 307, respectivamente em 31 de dezembro de 2007.

12. SEGUROS CONTRATADOS

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., mantém coberturas de seguros, necessárias para garantir uma efetiva e compreensiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, bem como para o cumprimento cabal e tempestivo das obrigações assumidas pela companhia.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: Riscos de Engenharia, Riscos Patrimoniais, Perdas de Receita, Responsabilidade Civil e Garantia de Obrigações Contratuais.

Em 31 de dezembro de 2007, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos de Engenharia	8.000
	Riscos Patrimoniais	10.000
	Perda de Receita	23.295
	Responsabilidade Civil - Geral	17.440
Carta Fiança:	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	37.411
	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	37.082
	Garantia de pagamento mensal (ônus fixo)	11.559

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a Sociedade possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos bancários. Os valores desses instrumentos reconhecidos nos balanços patrimoniais findos naquelas datas aproximam-se ao valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e juros atualizados até a data do balanço.

14. DISCUSSÃO SOBRE PRÁTICA CONTÁBIL

Desde 14 dezembro de 2001, encontra-se em processo de discussão na Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), minuta de deliberação sobre o pronunciamento emitido pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) propondo procedimentos contábeis para o registro de direito de outorga por concessionária de serviços públicos, cuja edição definitiva ainda não ocorreu. A administração da Sociedade está aguardando a edição definitiva deste documento quando, só então, poderá avaliar os possíveis reflexos sobre sua situação financeira e patrimonial, a qual poderá ser relevante.